

Editorial n.º 58 – a reforma económica do Estado

Por: Heitor Carvalho

Entendemos que a verdadeira reforma do Estado no campo económico deve incluir o registo e titularidade da propriedade, a substituição do sistema de licenças por normas de aplicação geral e directa e uma clara aposta na educação, saúde, segurança pública e segurança jurídica. Uma verdadeira reforma do Estado deve incluir a gestão de infra-estruturas, nomeadamente vias de comunicação, água, electricidade e saneamento, para que os custos de contexto (água de cisterna, geradores, desgaste no material rolante, etc.) se reduzam, a economia nacional seja mais competitiva, os direitos dos consumidores e das empresas possam cumprir-se e a economia prospere.

Para tal, a definição de cada serviço público deve ser muito específica e adaptada aos recursos disponíveis e não um conjunto de fórmulas abstractas.

Por exemplo, é fundamental que o Estado defina o serviço público de educação. Pretende-se garantir que todos os alunos tenham acesso a um ensino gratuito até ao 6.º ano? Tem o Estado condições para criar escolas públicas para esse objectivo? Deve o Estado limitar o serviço público a quem “couber” nas escolas públicas, como hoje acontece? ou deve recorrer aos colégios privados, pagando as propinas dos alunos até ao 6.º ano? Ou deve limitar a gratuidade a um número limitado de famílias mais carenciadas através do apoio social? O que nos parece sem qualquer sentido é a definição do serviço público (gratuidade do ensino), deixando a sua execução ao acaso (haver escolas públicas a que a criança possa ter acesso) e sem um critério bem definido de qual o nível actual que Estado está em condições de garantir e quais as perspectivas futuras.

Um dos grandes problemas da distribuição da despesa do Estado consiste em não fazer escolhas, em querer fazer tudo, assegurar tudo. Como consequência, distribuem-se migalhas para cada coisa, e nada fica assegurado, desperdiçando recursos.

Creemos que a definição clara de cada serviço público em função das restrições orçamentais ajudaria a clarificar as escolhas e a perceber os efeitos das diversas alternativas de distribuição da despesa, tanto na educação como em qualquer outra função do Estado.

Ainda não foi publicado o Relatório de Execução fiscal do 1.º Trimestre de 2022.

Enquanto aguardamos pelos dados de 2022, insistimos nas principais conclusões relativamente à execução de 2021.

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	Exec 2021	% Exec. Do OGE	% Rubric na Exec		% da receita não-petrolífera	% do PIB não-petrolífero
				OGE 21	Exec. 21		
Sector Social e Segurança pública	3 515	3 352	95,4%	35,9%	37,1%	75,6%	10,0%
Educação	1 023	753	73,6%	10,4%	8,4%	17,0%	2,2%
Saúde	851	808	94,9%	8,7%	9,0%	18,2%	2,4%
Protecção social	561	242	43,1%	5,7%	2,7%	5,5%	0,7%
Habitação e serviços comunitários	314	760	241,7%	3,2%	8,4%	17,1%	2,3%
Segurança pública	709	743	104,7%	7,2%	8,2%	16,8%	2,2%
Outros:	56	46	82,0%	0,6%	0,5%	1,0%	0,1%
Assuntos económicos	1 079	1 280	118,7%	11,0%	14,2%	28,9%	3,8%
Combustíveis e energia	402	617	153,4%	4,1%	6,8%	13,9%	1,8%
Transportes	318	454	142,6%	3,3%	5,0%	10,2%	1,4%
Agricultura	274	91	33,2%	2,8%	1,0%	2,1%	0,3%
Outros	84	118	140,7%	0,9%	1,3%	2,7%	0,4%
Defesa	627	822	131,1%	6,4%	9,1%	18,6%	2,5%
Serviços públic. gerais e Assuntos Ec. gerais, comerciais e laborais	1 769	1 241	70,2%	18,1%	13,8%	28,0%	3,7%
Total	6 990	6 696	95,8%	71,4%	74,2%	151,1%	20,0%
Juros	2 802	2 328	83,1%	28,6%	25,8%	52,5%	6,9%
Total geral	9 792	9 023	92,1%	100,0%	100,0%	203,6%	26,9%

Conclusões:

- Não vale a pena fazer orçamentos! O OGE deveria ser um exercício de definição das prioridades nacionais.
 - Aparentemente, com a nossa disciplina orçamental, é apenas um papel!
- Na nossa opinião, devem alterar-se significativamente as prioridades na distribuição da despesa:
 - A Educação deve aumentar mais de 50%, passando de 8% para 13%;
 - A Saúde deve aumentar cerca de 1/3, de 9% para 12%;
 - A Habitação social deve ser EXCLUSIVAMENTE habitação social, habitação para os mais pobres;
 - A Protecção Social e a Habitação Social devem quase triplicar, passando de 11% para 30%, deixando o Estado de se preocupar com a habitação para a classe média (Centralidades), dedicando os recursos comum exclusivamente para a habitação dos mais necessitados.
 - A PN deve ser EXCLUSIVAMENTE dedicada à Segurança Pública e rodoviária, libertando-a das funções de controlo dos cidadãos que não lhe cabem. Deve manter-se entre 8% e 9%.
 - A recreação, a cultura, a religião e o ambiente devem aumentar cerca de 2,5 vezes, passando de 0,5% para 1,3%;
 - A despesa económica deve manter-se em 14% e concentrar-se em estradas, energia e água. Os subsídios aos combustíveis dedicados à produção devem, na nossa opinião, reduzir-se para entre 1/2 e 1/3 do valor actual, mas manter-se.
 - A Defesa, depois de se passar a despesa social com os antigos militares para a protecção social (pode continuar a ser gerida pela Defesa, mas deve, em termos de função do Estado, ser integrada na Protecção Social), deve baixar para menos de metade, de 9% para 3,5%.
 - A burocracia de Estado deve reduzir-se drasticamente, de 13,8% para 3,5%.
 - Os juros devem reduzir-se cerca de 40%, passando de 26% para não mais de 15,5% da despesa, o que implica reduzir 40% da dívida, o que é equivalente a cerca de 15 biliões de Kwanzas, dos quais cerca de 20 mil milhões de USD são correspondentes a dívida externa ou indexada. Este valor corresponde a 4,6 anos de TODOS os rendimentos petrolíferos do Estado em 2021! Nestas circunstâncias, todo e qualquer aumento da disponibilidade de divisas decorrente do preço do petróleo deve ser APENAS usado para a redução da dívida!

A despesa total representa mais de 200% da receita não-petrolífera, quer na execução de 2021, quer no OGE 22. Se não aumentarmos a receita e não reduzirmos a despesa antes do esgotamento dos rendimentos petrolíferos, ficaremos com um Estado completamente inviável.

O que propomos é uma redução imediata da despesa:

- eliminando todos os subsídios, excepto os relativos aos combustíveis para utilização produtiva, substituindo os subsídios sociais a preços por prestações sociais para os mais desfavorecidos
- vendendo ou encerrando as empresas estatais não rentáveis
- e reduzindo os investimentos às infra-estruturas mais importantes (estradas, escolas, hospitais, esquadras de polícia, estradas e arruamentos, recolha e tratamento de lixos, água e electricidade) que possam ter uma dotação de despesa corrente adequada ao seu funcionamento.

- Mesmo investimentos importantes não podem ser feitos se não for possível dotá-los de despesa corrente de funcionamento porque, sem ela, não são investimentos, são mero desperdício!

Um aumento da receita, ao longo da próxima legislatura, que compense, pelo menos parcialmente, a redução dos rendimentos petrolíferos:

- titulando toda a riqueza fundiária e tributando-a pelo património do contribuinte, passando os impostos sobre a propriedade de 0,1% para 2% do PIB não-petrolífero;
- estendendo a base tributável em geral e em particular através da formalização dos negócios, tributando-os em contrapartida de protecção do Estado contra todas as arbitrariedades, aumentando os impostos sobre os rendimentos num montante próximo de 2% do PIB não-petrolífero; do ponto de vista dos micro negócios esta passagem a contribuintes fiscais activos deve obrigatoriamente corresponder a uma redução efectiva dos “impostos” que hoje pagam aos “mixeiros” que os vão sufocando, apresentem-se eles a coberto da autoridade usurpada ao Estado ou como particulares.
- e melhorando a eficácia geral dos impostos em cerca de 10%.

Reduzir a dívida em 50% ao longo da próxima legislatura:

- destinando todos os rendimentos do petróleo que correspondam a um preço superior a 50 USD para esse fim.

Sabemos que pouco do que propomos vai ser implementado, mas não nos cansamos de o repetir!

Se tivéssemos começado no início desta legislatura, poderíamos estar, hoje, numa situação muito mais satisfatória!

O que propomos vai sendo cada vez mais gravoso, porque a situação se vai deteriorando!

Quanto mais adiarmos o problema, mais grave será a solução!

Luanda, 15 de Agosto de 2022